

# Peso do Brasil ajudou, dizem Malan e Fraga

Para ministro da Fazenda e presidente do BC, País receberá, sem custo, ajuda de US\$ 30 bilhões

LU AIKO OTTA  
e SHEILA D'AMORIM

**B**RASÍLIA – O governo obteve um acordo “espetacular” com o Fundo Monetário Internacional (FMI), pelo qual receberá US\$ 30 bilhões “sem custo”, comemorou ontem o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, em uma entrevista coletiva no Ministério da Fazenda, convocada para explicar o que envolve a negociação. O acordo traz metas mais folgadas para a inflação, aumenta o poder de fogo do Banco Central no mercado de câmbio e não pressupõe nenhuma mudança na condução da política monetária, ou seja, nos juros. Também não prevê apertos adicionais para as contas públicas em 2002 e 2003, embora preveja que o arrocho fiscal continuará em 2004 e 2005.

Segundo o ministro da Fazenda, Pedro Malan, o acordo não requer uma assinatura dos candidatos à Presidência da República. “Mas facilitaria enormemente o processo se os principais candidatos expressassem de forma clara algo de que estamos convencidos: que esse acordo serve aos interesses do País e será reiterado.” Ele afirmou que a ajuda garantirá uma transição tranquila para o próximo governo.

Ambos afirmaram que o custo de não obter o empréstimo seria muito mais alto e se traduziria em taxas de crescimento menores, mais desemprego e maiores dificuldades na obtenção de recursos externos. Malan disse que o acordo nessas condições foi obtido graças “ao peso do Brasil na região e no mundo”. Na sua avaliação, também contou o prestígio internacional do presidente Fernando Henrique Cardoso e de Armínio Fraga e a competência da equipe negociadora.

Os primeiros US\$ 3 bilhões estarão disponíveis ao País no início de setembro, quando o programa será formalmente aprovado pela diretoria do Fundo. Outros US\$ 3 bilhões poderão ser sacados em dezembro. Os demais US\$ 24 bilhões serão desembolsados ao longo de 2003. Além disso, o governo está negociando novos empréstimos com o Banco Mundial (Bird) e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Foram negociadas metas mais folgadas para a inflação. A meta central para dezembro desse ano foi fixada em 6,5% e a margem de tolerância ampliada de 2 para 2,5 pontos percentuais. Em outras palavras, a inflação de 2002 poderá chegar a 9% no ano sem que isso implique esclarecimentos formais ao Fundo. Como o acordo em vigor só valia até setembro, o Fundo não havia fixado valores para o IPCA, o índice que serve de referência para o regime de metas de inflação, no fim do ano.

Apesar desses valores acertados com o FMI, o governo brasileiro não alterou a sua meta oficial determinada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que é de 3,5%, podendo chegar ao teto de 5,5% em dezembro. No entanto, o próprio BC já admitiu na ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom)



Ed Ferreira/AE

Malan: candidatos deveriam expressar claramente que o acordo com o FMI serve aos interesses do País

## O QUE É O ACORDO

### O EMPRÉSTIMO

• Valor: US\$ 30 bilhões

• Linha de crédito stand by, mais barata: US\$ 20 bilhões

• Juros: até 300% da cota brasileira, 2,22% ao círculo, mais spread de 1%; acima de 300% da cota, 2% de spread

• Prazo de pagamento: de 3 a 5 anos

• Linha Supplementary Reserve Facility (SRF), mais cara: US\$ 10 bilhões

• Juros: 2,22% e spread entre 3% e 5%, dependendo da data de pagamento

• Prazo de pagamento: 2 anos

#### Desembolsos

• 1ª parcela: US\$ 3 bilhões em setembro e US\$ 3 bilhões em novembro

• Os restantes US\$ 24 bilhões serão desembolsados em três parcelas ao longo de 2003

### RESERVAS

- O piso cai de US\$ 15 bilhões para US\$ 5 bilhões
- Acabam as intervenções diárias de US\$ 50 milhões do BC no mercado de câmbio
- A autoridade monetária poderá atuar livremente
- Se o BC usar mais do que US\$ 3 bilhões para intervir no mercado ao longo de 30 dias, terá de prestar esclarecimentos ao FMI

### LINHAS COMERCIAIS

- O Banco Central está estudando uma forma de suprir a demanda das empresas que não conseguem obter atualmente linhas de crédito específicas para operações comerciais. O governo negocia mais recursos com o Bird e com o BID

### FISCAL

- Fica mantida a meta de 3,75% de superávit primário do setor público para 2003, 2004 e 2005



Margens de tolerância: 2,5 pontos percentuais para baixo e para cima

ArEstat

que esse valor será extrapolado.

Para o ano que vem, as metas negociadas com o Fundo são: 6% para o período de 12 meses terminado em março; 5,5% em junho e 5% em setembro, também com margem de tolerância de 2,5 pontos. “É claro que nossas projeções de inflação estão bem abaixo disso”, ressaltou Armínio Fraga. A meta oficial do governo brasileiro para o fim de 2003 é de 4%, podendo chegar a 6,5%.

Juros – Apesar de ganhar mais folga junto ao FMI para o cumprimento das metas de inflação, Fraga não deixou claro se essa mu-

dança abre espaço, de imediato, para o BC continuar a trajetória de queda da taxa de juros retomada na reunião do Copom de julho, quando a taxa Selic caiu de 18,5% ao ano para 18% ao ano.

Irritado, o presidente do BC preferiu desqualificar questionamentos sobre quando o novo acordo poderá surtir efeito nos juros. “Isso é perda de tempo”, reagiu, mostrando desconforto com o tema. Mais tran-

quilo, o ministro Pedro Malan tentou corrigir a indelicadeza do presidente do BC e disse que esse era um assunto decidido nas reuniões do Copom.

Apoiado nos novos recursos e

também na redução do limite mínimo das reservas internacionais de US\$ 15 bilhões para US\$ 5 bilhões, o BC decidiu acabar com as intervenções diárias de US\$ 50 milhões no mercado de câmbio. Elas voltarão a ocorrer quando o governo julgar necessário. “Vivemos uma fase de volatilidade alta, e decidimos ter uma postura mais flexível para reagir a esse tipo de situação”, comentou Fraga.

No entanto, o BC deverá administrar muito bem o uso desses recursos em momentos de maior nervosismo no mercado, já que acordo prevê que a equipe econômica terá de se explicar ao FMI toda vez que gastar mais do que US\$ 3 bilhões das reservas internacionais num prazo de 30 dias. As intervenções ocorridas até anteontem não contam.